

Comissão vai investigar Banerj

Arquivo/28.6.85

Com poderes de contratar auditorias e profissionais especializados, bem como requisitar pessoal, material e auxílio de qualquer natureza a todos os órgãos da administração pública estadual, foi constituída ontem, e deverá ser empossada hoje, a Comissão Especial de Inquérito do governo do estado para "apurar as irregularidades verificadas no conglomerado Banerj e no BD-Rio".

Ela será presidida pelo desembargador aposentado Olavo Toste Filho, que contará com a ajuda do advogado Remo Lainetti e do procurador do estado, Paulo Salvo Souza. "É uma verdadeira comissão de inquérito que vai mostrar como se faz apuração de irregularidades", comentou uma autoridade estadual, ridicularizando o levantamento feito pelo Banco Central, que não individualizou as responsabilidades, envolvendo todos os ex-diretores do banco, no primeiro inquérito feito.

A necessidade de individualizar as responsabilidades foi lembrada pelo governador Moreira Franco nos considerandos do decreto 10.486, publicado no *Diário Oficial* do Estado de ontem, instituindo a comissão. No decreto, o governador atribui à comissão a tarefa de "coligir os elementos necessários a



Tostes preside trabalhos

responsabilização penal, civil e administrativa dos ex-administradores das instituições do conglomerado Banerj, bem como de terceiros que hajam

concorrido direta ou indiretamente para as irregularidades constatadas, ou tenham se beneficiado dessas operações".

A formação de uma comissão a nível do governo estadual foi defendida desde que ficaram prontos os relatórios da comissão de inquérito do BC, pelo ex-procurador geral do Estado, Hélio Saboya. Segundo ele, como acionista majoritário do conglomerado Banerj, o governo tinha o dever e a obrigação de buscar a responsabilização individual dos ex-administradores.

O desembargador Olavo Toste Filho confessou ontem que ainda não conhece os relatórios do BC sobre o conglomerado Banerj. Com a sua experiência de 25 anos de magistratura e 12 de advocacia, ele promete "rastrear todos os levantamentos feitos pelo Banco Central e as operações irregulares ocorridas em busca dos responsáveis". Segundo ele, a comissão já deveria ter sido nomeada, mas o governo do estado estava esperando que o banco primeiro lhe fosse devolvido.

Sem ter "a menor idéia do que nos espera pela frente", o desembargador pretende, junto com seus dois companheiros de comissão, estudar caso por caso, separadamente. Adianta, porém, que "não será possível apurar tudo de uma única vez". Oficialmente, o prazo dado pelo decreto é de seis meses, que são prorrogáveis. Da comissão não faz parte nenhum representante do Ministério Público, como admitira anteriormente o atual secretário da Segurança. Mas, segundo Olavo Toste Filho, o Ministério Público será acionado posteriormente, "à medida em que ficarem configuradas as infrações penais".